



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE SANTIAGO EM 05.08.2015

Aos 05 dias do mês de agosto de 2015, compareceu à sede da Vara do Trabalho de Santiago a Excelentíssima Senhora **BEATRIZ RENCK**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada do Assessor Jurídico da Corregedoria, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, e da servidora Vera Regina Salimen Agrello, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0003756-59.2015.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pelo Juiz Titular Fernando Formolo, pelo Diretor de Secretaria Solon Caiaffo da Rocha e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 21.11.1989

Data da última correição realizada: 08.10.2014

Previsão de Instalação do PJe: 03.09.2015

Jurisdição: Bossoroca, Capão do Cipó, Itacurubi, Jaguari, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda.

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 05.08.2015

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Juiz Atual

Juiz	Situação	Período
Fernando Formolo	Juiz Titular	Desde 31.01.2012

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 21.07.2015)

2.1.2 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a Vara do Trabalho de Santiago pertence à 73ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição compreende 01 vaga de zoneamento, atualmente ocupada pela Juíza Substituta **Roberta Testani**.



2.1.3 Juizes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	Fernando Formolo	Juiz Titular desde 31.01.2012		
2	Luís Fernando da Costa Bressan	07.01 a 05.02.2014	Atuação em razão das férias do Juiz Titular	29 dias
3	Gabriela Lenz de Lacerda	02 a 10.06.2014	Atuação em razão das férias do Juiz Titular	9 dias
4	Átila da Rold Roesler	11 a 23.06.2014 21.07 a 04.08.2014 07.01 a 05.02.2015	Atuação em razão das férias do Juiz Titular	56 dias
5	Denilson Silva Mroginski	01 a 14.06.2015 20.07 a 03.08.2015	Atuação em razão das férias do Juiz Titular	28 dias
6	Adair João Magnaguagno (Juiz Titular da VT de São Borja)	15 a 23.06.2015	Atuação em razão das férias do Juiz Titular	9 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 21.07.2015)

2.1.4 Afastamentos do Juiz Titular e da Juíza Substituta Zoneada durante o Período Correcionado

	Juiz (a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Titular	Fernando Formolo	Férias	07.01 a 05.02.2014 02 a 23.06.2014 21.07 a 04.08.2014 07.01 a 05.02.2015 01 a 23.06.2015 20.07 a 03.08.2015	138 dias
		Afastamento conforme Processo Administrativo nº 0002025-28.2015.5.04.0000	17 a 19.04.2015	
Substituta zoneada	Roberta Testani	-	-	-

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 21.07.2015)



2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Solon Caiaffo da Rocha	Analista Judiciário - Área Judiciária	Diretor de Secretaria (CJ3)	21.11.1989
2	Joana Vanoni Tronca Ragazzon	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Juiz Titular (FC05)	22.03.2012
3	Patrícia Maria Telles Martins	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	08.11.1993
4	José Roque Sturza	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretário de Audiência (FC03)	11.12.1989
5	Letícia Dri de Almeida	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente (FC02)	31.07.2003
6	Camila Flores Colpo	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	23.04.2007
7	Cristiano Luiz Leal	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	27.04.2007
8	Marina Siqueira Duarte	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	02.07.2013
9	Izabelle Priscila de Sousa Prazeres	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	02.06.2014
-	Sérgio Almeida Guedes	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	05.03.1991
-	Thiago Marchionatti Uggeri	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	13.07.2009



(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 16.07.2015)

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2012, 2013 e 2014)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
424 processos	até 500	9 servidores	5 a 6 servidores

De acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, com as alterações previstas nas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores da Vara do Trabalho de Santiago **excede** o parâmetro previsto na referida norma.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
Camila Flores Colpo	-	-	-
Cristiano Luiz Leal	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições	3	5
	Trabalho nas Eleições	2	
Izabelle Priscila de Sousa Prazeres* (desde 02.06.2014)	Licença Gestante	120	210
	Prorrogação Licença Gestante	60	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	30	
Joana Vanoni Tronca Ragazzon	-	-	-
José Roque Sturza	-	-	-
Leticia Dri de Almeida	Curso ou Evento	1	1
Marina Siqueira Duarte	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	12	12
Patrícia Maria Telles Martins	Curso ou Evento	1	31
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	30	
Sérgio Almeida Guedes	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	15	15
Solon Caiaffo da Rocha	Curso ou Evento	4	42
	Falecimento de Pessoa da Família	7	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	31	



Thiago Marchionatti Uggeri	-	-	-
-----------------------------------	---	---	---

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 16.07.2015)

* Servidora lotada na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Natalina Maria Viero	03.07.1995	05.07.2015	20 anos e 2 dias	Aposentadoria

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 15.07.2015)

2.2.5 Estagiários

	Estagiária	Curso em Andamento	Período
1	Bianca Moreira Brandolff	Superior em Direito	07.04.2014 a 06.10.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 16.07.2015)

2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação do Juiz Titular e da Juíza Substituta Zoneada durante o Período Correccionado

Juiz (a)		Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Titular	Fernando Formolo	-	-	34,5	34,5
Substituta zoneada	Roberta Testani	-	-	8	8

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 16.07.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correccionado

Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Camila Flores Colpo	-	-	55,5	55,5
Cristiano Luiz Leal	20	-	75	95
Izabelle Priscila de Sousa Prazeres	-	-	5	5
Joana Vanoni Tronca Ragazzon	-	-	20	20
José Roque Sturza	-	-	-	-
Leticia Dri de Almeida	20	-	107	127



Marina Siqueira Duarte	-	-	125,5	125,5
Patrícia Maria Telles Martins	-	-	153	153
Sérgio Almeida Guedes	-	-	-	-
Solon Caiaffo da Rocha*	-	-	31,5	31,5
Thiago Marchionatti Uggeri	-	-	140	140

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 16.07.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

* Gestor da Unidade Judiciária.

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	361	397	9,97%	474	19,40%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	53	49	-7,55%	50	2,04%
Pendentes de finalização na fase de execução***	718	713	-0,70%	723	1,40%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	53	47	-11,32%	58	23,40%
Total	1.185	1.206	1,77%	1.305	8,21%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

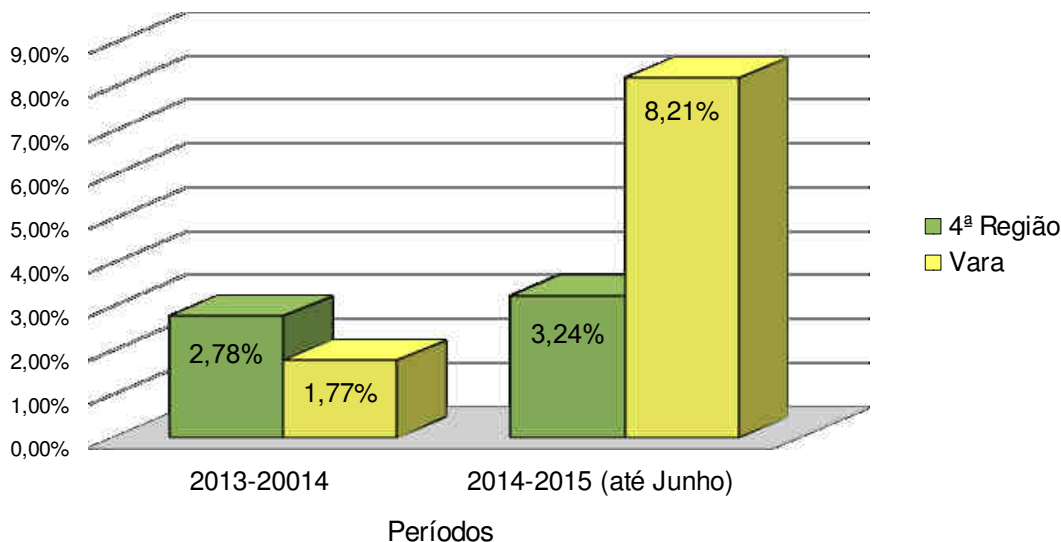
No ano de 2014, houve majoração de 1,77% de processos tramitando na Unidade Judiciária. Em números de processos, o conhecimento foi a fase que mais contribuiu para o aumento desse estoque (acréscimo de 36 processos); por sua vez, o acervo nas demais fases processuais registraram queda no período sob análise.

A variação do acervo de processos na Vara do Trabalho de Santiago em 2014 foi inferior ao resultado apresentado pela 4ª Região no período, quando registrada uma elevação de 2,78% dos processos em tramitação. Ademais, no primeiro semestre de 2015 o estoque de processos tramitando



avançou 8,21%, índice acima da média regional no período, como aponta o gráfico abaixo.

Variação percentual do acervo de processos tramitando



3.2 FASE DE CONHECIMENTO

3.2.1 Processos Pendentes de Solução

	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
Casos novos	459	429	-6,54%	227	-47,09%
Sentenças anuladas/reformadas	9	2	-77,78%	1	-50,00%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*	481	377	-21,62%	191	-49,34%
Processos pendentes de solução	101	147	45,54%	182	23,81%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

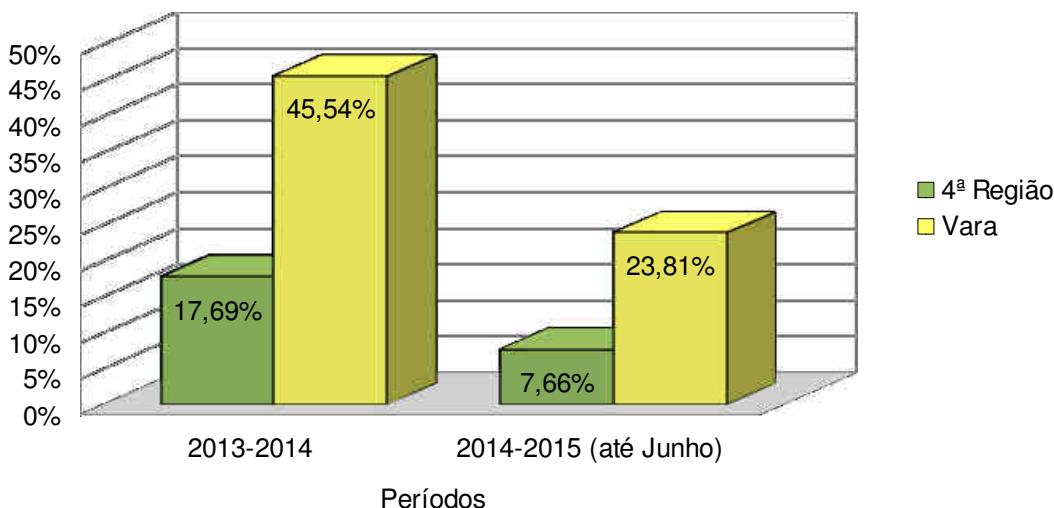
* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2014, registrou-se uma elevação de 45,54% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 101 para 147 processos) – índice superior ao verificado em toda a 4ª Região em 2014, onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 17,69%. O principal fator que contribuiu para esse acréscimo no estoque foi a queda de 21,62% na média mensal de processos solucionados (a qual passou de 40,08 processos, em 2013, para 31,42 processos, em 2014).



Outrossim, os dados dos seis primeiros meses de 2015 apontam aumento de 23,81% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento. Esse índice é superior à média de toda a 4ª Região no mesmo período de 2015, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Variação percentual dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes (78,91%) se encontravam aguardando o encerramento da instrução processual em 31.12.2014. Além disso, convém destacar que, ao final dos anos de 2013 e 2014 e em 30.06.2015, não havia processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade. Especificações no quadro abaixo.

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 30.06)	Varição 2014-2015
Aguardando 1ª sessão de audiência	23	23	0,00%	47	104,35%
Aguardando encerramento da instrução	75	116	54,67%	114	-1,72%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	3	8	166,67%	21	162,50%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	0	0	-	0	-
TOTAL	101	147	45,54%	182	23,81%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)



3.2.2 Taxa de Congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de conhecimento					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
Santiago – Vara	17,92%	29,14%	62,60%	49,07%	68,41%
Média no TRT4 - 1ª Instância	40,94%	44,33%	8,28%	61,09%	37,81%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

* Taxa de congestionamento = $1 - [\text{número de processos solucionados} / (\text{resíduo anterior} + \text{processos recebidos})]$

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados, em determinado período, em relação ao total pendentes de julgamento. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendente do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

A taxa de congestionamento da fase de conhecimento na Unidade Judiciária foi de 29,14% no ano de 2014, constatando-se uma elevação de 62,60% em relação ao índice do ano anterior. No entanto, o índice da Unidade foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 15,19 pontos percentuais.

3.2.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2013		2014		2015 (até 30.06)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	227	47,19	203	53,85	71	37,17
	Julgado procedente	16	3,33	10	2,65	13	6,81
	Julgado procedente em parte	167	34,72	122	32,36	84	43,98
	Julgado improcedente	23	4,78	16	4,24	10	5,24
	Extinto	13	2,7	0	0	0	0
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
Sem exame de mérito	Extinto	10	2,08	6	1,59	3	1,57
	Arquivamento (art. 844 CLT)	5	1,04	4	1,06	1	0,52
	Desistência	8	1,66	11	2,92	6	3,14
	Outras decisões	12	2,49	5	1,33	3	1,57
TOTAL		481	100	377	100	191	100

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

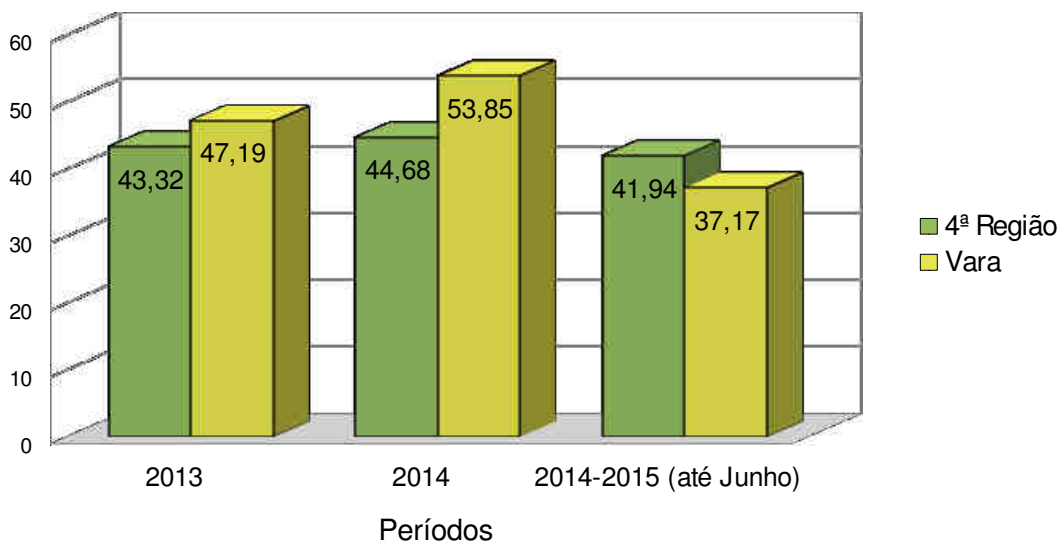
Verificou-se diminuição de 104 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2014, na comparação com o ano anterior, o que representa um decréscimo de 21,62%. Esse índice se mostra além da média em toda a 4ª Região que, em 2014, apresentou uma redução média de 2,67%.



Dentre os tipos de solução, verificou-se queda no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2013 foram proferidas 219 decisões com resolução de mérito na Unidade. Em 2014, esse número alcançou 148 decisões, representando uma redução de 32,42%. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse quesito foi inferior ao do TRT4, que registrou uma redução de 2,91% no número de decisões com resolução de mérito.

Finalmente, a análise do quadro acima demonstra aumento do percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2013, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 227, representando 47,19% dos processos solucionados. Já em 2014, apesar da queda no número total de conciliações para 203, o percentual de acordos avançou para 53,85% das soluções na fase de conhecimento, índice superior ao verificado em toda a 4ª Região, que foi de 44,68%. Por fim, constata-se que entre janeiro e junho do corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento caiu para 37,17%, resultado abaixo da média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue.

Percentual de conciliações nos processos solucionados



3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.3.1 Processos pendentes de liquidação

	Liquidações				
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
Iniciadas	144	96	-33,33%	25	-73,96%
Encerradas	134	101	-24,63%	25	-75,25%
Pendentes	52	45	-13,46%	44	-2,22%



Arquivo Provisório	2	2	0,00%	2	0,00%
---------------------------	---	---	-------	---	-------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

O número de processos pendentes na fase de liquidação recuou de 52, em 2013, para 45, em 2014, importando em uma queda de 13,46%. Esse resultado vai de encontro ao índice verificado em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 26.044 em dezembro de 2013 para 28.322 em dezembro de 2014 (aumento de 8,75%).

Um dos principais motivos dessa queda foi o a redução de 33,33% no número de liquidações iniciadas na Unidade na comparação entre esses dois períodos. Consta-se, nessa senda, que o número de liquidações encerradas em 2014 superou em 5,21% o número de liquidações iniciadas no respectivo período.

Nos seis primeiros meses de 2015, houve recuo de 1 processo pendente na fase de liquidação em relação a 31.12.2014 - o que corresponde a uma queda de 2,22%, índice superior à média de todo o TRT4 no período, que registrou queda de 0,44%.

3.3.2 Taxa de Congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de liquidação (sem arquivo provisório) *					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
Santiago – Vara	29,10%	31,76%	9,13%	64,29%	102,43%
Média no TRT4 - 1ª Instância	42,12%	44,16%	4,83%	58,84%	33,25%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número liquidações encerradas/(resíduo anterior + liquidações iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 31,76% no ano de 2014, constatando-se uma elevação de 9,13% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade foi inferior em 12,40 pontos percentuais.

3.4 FASE DE EXECUÇÃO

3.4.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
Entrada	Iniciadas	190	121	-36,32%	51	-57,85%
	Desarquivadas para prosseguimento	37	264	613,51%	21	-92,05%
Saídas	Encerradas	182	151	-17,03%	69	-54,30%
	Arquivadas Provisoriamente	37	46	24,32%	19	-58,70%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	5	1	-80,00%	3	200,00%



	Demais	467	486	4,07%	477	-1,85%
	Total	472	487	3,18%	480	-1,44%
Saldo no arquivo Provisório		788	453	-42,51%	450	-0,66%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

Em 2014, o estoque de execuções pendentes na Vara do Trabalho de Santiago subiu de 472 para 487 processos, o que corresponde a uma elevação de 3,18% em relação ao ano anterior. Esse índice destoa da média na 4ª Região no período em questão, a qual registrou uma queda de 2,50% em seu acervo médio. No entanto, convém destacar que o aumento do acervo se deu em face do desarquivamento de execuções provisórias, já que o número de execuções encerradas superou o número de execuções iniciadas. Por sua vez, os dados colhidos no período de janeiro a junho de 2015 apontam queda de 1,44% no estoque de processos pendentes na fase de execução, resultado que vai de encontro à média regional no mesmo período, que avançou 1,25%.

3.4.2 Taxa de Congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de execução (sem arquivo provisório) *					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
Santiago – Vara	72,09%	74,54%	3,40%	87,17%	16,96%
Média no TRT4 - 1ª Instância	69,60%	70,81%	1,74%	83,77%	18,29%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

* Taxa de congestionamento = $1 - \frac{\text{número execuções encerradas}}{\text{resíduo anterior} + \text{execuções iniciadas}}$

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 74,54% no ano de 2014, constatando-se um aumento de 3,40% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade foi superior ao congestionamento médio do TRT4 em 3,73 pontos percentuais.

Taxa de congestionamento – fase de execução* (com arquivo provisório)					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
Santiago - Vara	87,74%	89,07%	1,52%	93,04%	4,46%
Média no TRT4 - 1ª Instância	84,51%	84,91%	0,47%	90,64%	6,74%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

A inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo implica aumento na taxa de congestionamento da Vara do Trabalho de Santiago na fase de execução, a qual passa a corresponder a 89,07% - índice 1,52% superior à taxa registrada no ano anterior. Na comparação com o índice da 4ª Região em 2014, a seu turno, a taxa de congestionamento da Unidade



passa a ser 4,16 pontos percentuais maior, o que denota uma efetividade na execução inferior à média regional.

3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
Processos com inclusão de devedor no BNDT	71	49	-30,99%	13	-73,47%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	43	51	18,60%	14	-72,55%
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	840	780	-7,14%	777	-0,38%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela Vara do Trabalho de Santiago, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 30.06.2015. Dessa consulta, resultou uma lista de **03 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT. A título de amostragem, relaciona-se a situação processual nos processos abaixo:

1	0030300-60.2008.5.04.0831
Situação processual: Em 16.10.2012, foi determinado o direcionamento da execução contra o devedor subsidiário <i>Município de Bossoroca</i> . Em 26.05.2015, foi determinada a expedição de alvarás. Em 03.06.2015, foi determinado o arquivamento dos autos, mesma data em que foi inserido o andamento “extinta a execução” e que foram arquivados definitivamente os autos, sem registro de quaisquer débitos. Histórico BNDT: Em 13.09.2011, foram inseridos no BNDT os dados da reclamada <i>GD Serviços Gerais de Saúde Ltda.</i> com a informação “sem garantia total do juízo”.	
2	0031200-63.1996.5.04.0831, 0000007-39.2010.5.04.0831
Reclamatórias em situação processual análoga à de nº 0030300-60.2008.5.04.0831.	

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)



3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

Incidentes processuais									
Incidente	2013			2014			2015 (até 30.06)		
	Rece- bidos	Julga- dos	Pen- dentes	Rece- bidos	Julga- dos	Pen- dentes	Rece- bidos	Julga- dos	Pen- dentes
Embargos de declaração	34	33	1	24	18	6	13	19	0
Antecipações de tutela	19	17	1	26	25	2	14	14	2
Impugnações à sentença de liquidação	4	1	3	9	8	3	3	4	2
Embargos à execução	28	26	3	24	22	5	26	21	10
Embargos à arrematação	1	1	0	0	0	0	0	0	0
Embargos à adjudicação	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Exceções de pré-executividade	1	0	1	2	2	0	1	0	1

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 85 incidentes processuais em 2014 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma redução de 2,30% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados diminuiu 3,85% na comparação entre os anos de 2013 e 2014 (de 78 para 75). Em face disso, o número total de incidentes pendentes de decisão em 31.12.2014 alcançou 16, saldo 77,78% maior do que em 31.12.2013. Destaca-se ainda que, em 30.06.2015, o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão alcançou 15, número 6,25% inferior ao do final do período anterior.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos, a título de amostragem, no quadro abaixo:

1	0017300-61.2006.5.04.0831
Situação processual: Em 21.08.2014, a reclamada apresentou embargos à execução. Em 27.08.2014, foi proferida decisão que deixou de receber os embargos, por intempestivos. No entanto, não foram lançados no sistema informatizado os andamentos de conclusão e de registro da decisão proferida, motivo pelo qual o incidente permanece pendente junto ao sistema e-Gestão até a presente data.	
2	0000094-92.2010.5.04.0831
Situação processual: Em 24.08.2011, foi proferido despacho determinando a intimação das partes e da União para vista do cálculo de liquidação. Intimada em 04.11.2011, a União apresenta petição que foi lançada no sistema informatizado como impugnação à sentença de liquidação. Em 19.01.2012, foi proferida sentença homologatória dos cálculos de liquidação de sentença que, entre outras coisas, não acatou as impugnações lançadas pela União. Salienta-se que, até a presente data, não houve lançamento de conclusão e de decisão relativas à impugnação à sentença de liquidação, motivo pelo qual o incidente permanece pendente junto ao sistema e-Gestão.	

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)



Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

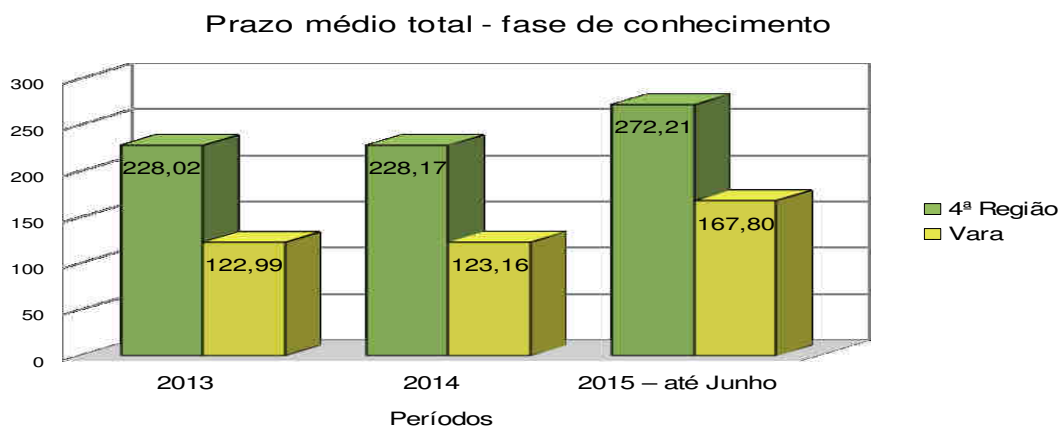
		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Sumaríssimo	33,05	59,90	81,24%	291,37	386,44%
	Ordinário	131,47	130,57	-0,68%	147,33	12,83%
	Total	122,99	123,16	0,14%	167,80	36,24%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação de sentença no rito sumaríssimo alcançou 59,90 dias, correspondendo a um avanço de 81,24% em relação à média do ano anterior. Outrossim, nos seis primeiros meses de 2015, o prazo nesse rito foi 386,44% mais moroso na comparação com o ano de 2014.

Por sua vez, o lapso de tramitação dos processos do rito ordinário em 2014 na fase de conhecimento foi de 130,57 dias, média 0,68% inferior na comparação com 2013. Em 2015, porém, o prazo médio avançou 12,83% na comparação com 2014.

Por fim, conforme apontado no gráfico abaixo, o lapso de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2014 foi 46,02% (105,01 dias) mais célere que a média de todas as Unidades de 1ª instância do TRT4, situação que se repete em 2015, quando o prazo médio da Unidade foi 38,36% (104,41 dias) menor que a média regional. Especificações no gráfico abaixo:





4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	118,00	83,50	-29,24%	..	-
	Ordinário	163,07	176,09	7,98%	281,28	59,74%
	Total	162,71	174,12	7,01%	281,28	61,55%

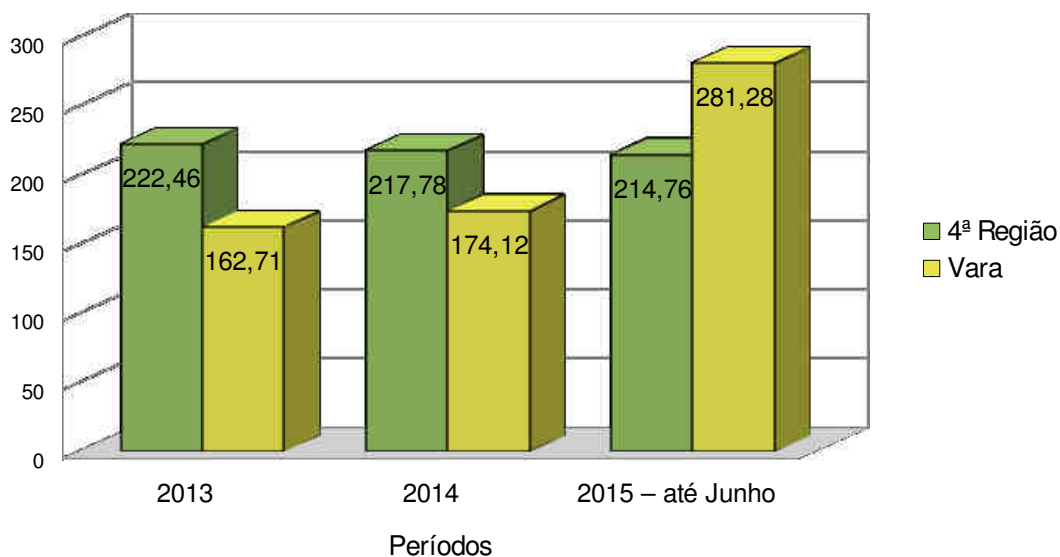
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 83,50 dias, o que equivale a uma redução de 29,24% em relação à média do ano anterior. No primeiro semestre de 2015, não foram encerradas liquidações de processos do rito sumaríssimo na Unidade Judiciária.

Por sua vez, no rito ordinário, o prazo médio na fase de liquidação alcançou 176,09 dias em 2014, média 7,98% maior que a de 2013. Da mesma forma, nos seis primeiros meses de 2015, o lapso de tramitação do rito ordinário avançou para 281,28 dias, que equivale a um aumento de 59,74%.

Face a esses números, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária foi 20,05% (43,66 dias) mais célere do que o desempenho de toda a 4ª Região em 2014, ao contrário do que se verifica em 2015, quando o prazo médio da Unidade foi 30,98% (66,52 dias) maior que a média regional. Especificações no gráfico abaixo:

Prazo médio total - fase de liquidação





4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	809,80	495,74	-38,78%	406,75	-17,95%
	Ente público	735,32	570,13	-22,46%	1.078,45	89,16%
	Total	778,06	518,12	-33,41%	523,00	0,94%

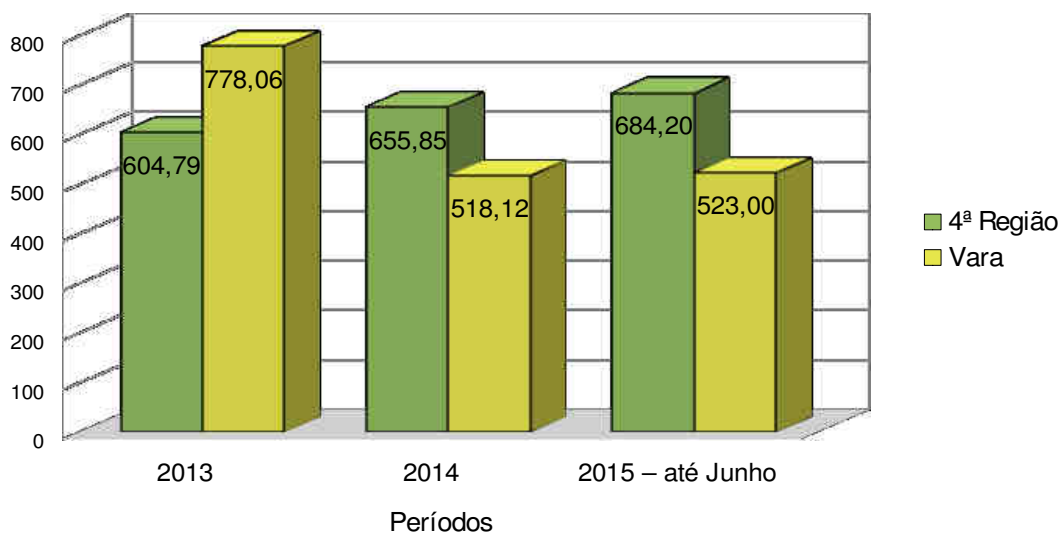
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, recuou de 809,80 dias, em 2013, para 495,74 dias, em 2014. Em 2015 (janeiro a junho), da mesma forma, a média diminuiu para 406,75 dias, prazo 17,95% menor que a do período anterior.

Por sua vez, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução caiu de 735,32 dias, em 2013, para 570,13, em 2014. Todavia, nos primeiros seis meses de 2015, o lapso de tramitação avançou para 1.078,45 dias, que equivale a um aumento de 89,16% na comparação com 2014.

Na comparação com os dados de toda a 4ª Região em 2014, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na Vara do Trabalho de Santiago foi 21% (137,73 dias) mais célere que a média da 4ª Região, desempenho que se repete nesse primeiro semestre de 2015, quando o prazo médio da Unidade foi 23,56% (161,20 dias) menor que a média regional.

Prazo médio total - fase de execução





5 METAS

5.1 Metas do CNJ – Anos anteriores a 2014

5.1.1 Meta 2 - 2009: *“Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.*

META 2/2009 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

5.1.2 Meta 2 – 2010: *“Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31.12.2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31.12.2007”.*

META 2/2010 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2007 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

5.1.3 Meta 2 – 2012: *“Julgar, até 31.12.2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008”.*

META 2/2012 CNJ			
Distribuídos em 2008	Nº de processos ajuizados em 2008 e já solucionados	%	Resultado
441	441	100,00%	Meta cumprida

5.1.4 Meta 2 – 2013: *“Julgar, até 31.12.2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2009”.*

META 2/2013 CNJ			
Distribuídos em 2009	Nº de processos ajuizados em 2009 e já solucionados	%	Resultado
438	438	100,00%	Meta cumprida

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2014

5.2.1 Meta 1: *“Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”.*



META 1/2014 CNJ			
Distribuídos em 2014	Solucionados em 2014	%	Resultado
429	377	87,88%	Meta não cumprida

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2014 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012.

META 2/2014 CNJ			
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2011			
Processos não julgados em 31/12/2011	Processos distribuídos até 31/12/2011 e julgados entre jan/2012 e dez/2014	%	Resultado
18	18	100,00%	Meta cumprida
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012			
Processos não julgados em 31/12/2012	Processos distribuídos até 31/12/2012 e julgados entre jan/2013 e dez/2014	%	Resultado
114	112	98,25%	Meta cumprida

5.2.3 Meta 5: “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

Observação: O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A **redução positiva** (*percentual precedido do sinal positivo*) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A **redução negativa** (*percentual precedido do sinal negativo*) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.

Questionário para cálculo da Meta			
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor
P5.1	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	1.205
P5.2	Número total de processos em fase de execução fiscal não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	6
P5.3	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	208
P5.4	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	0



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

P5.5	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2012	Única	213
P5.6	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2012	Única	0
P5.7	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	187
P5.8	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	0
P5.9	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2013	Única	180
P5.10	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2013	Única	0
P5.11	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	116
P5.12	Número total de processos em fase de execução fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	0
P5.13	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	151
P5.14	Número total de processos em fase de execução fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	0
P5.15	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	38
P5.16	Número total de processos em fase execução fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	2
P5.17	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	7
P5.18	Número total de processos em fase de execução fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	0

* **Percentual de redução - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal** = $100 - (((1 - (\Sigma P5.13 / (\Sigma P5.11 + (P5.1 + P5.3 - P5.5 + P5.7 - P5.9 + \Sigma P5.15 - \Sigma P5.17)))) * 100) / (((1 - (P5.9 / (P5.7 + P5.1 + P5.3 - P5.5))) + (1 - (P5.5 / (P5.3 + P5.1)))) / 2))$
Percentual de redução - Execução Fiscal = $100 - (((1 - (\Sigma P5.14 / (\Sigma P5.12 + (P5.2 + P5.4 - P5.6 + P5.8 - P5.10 + \Sigma P5.16 - \Sigma P5.18)))) * 100) / (((1 - (P5.10 / (P5.8 + P5.2 + P5.4 - P5.6))) + (1 - (P5.6 / (P5.4 + P5.2)))) / 2))$

META 5/2014 CNJ - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal	
Percentual	Resultado
-3,34%	Meta não cumprida
META 5/2014 CNJ - Execução Fiscal	
Percentual	Resultado
0,00%	Meta não cumprida

5.2.4 Meta 6: "Identificar e julgar até 31.12.2014 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2011, no primeiro grau, e até 31.12.2012, no segundo grau".



META 6/2014 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

5.3 Metas do CNJ – Ano de 2015

5.3.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 30.06.2015	Solucionados até 30.06.2015	%	Resultado parcial (até junho)
227	191	84,14%	Indicativo de não cumprimento da meta

5.3.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2013			
Processos não julgados em 31/12/2013	Processos distribuídos até 31/12/2013 e julgados entre jan./2014 e jun./2015	%	Resultado parcial (até 30.06.2015)
156	146	93,59%	Meta já cumprida

5.3.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015 (até 30.06)	Execuções baixadas (arquivo definitivo) em 2015 (até 30.06)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até junho)
51	77	150,98%	Indicativo de cumprimento da meta

5.3.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 pendentes de solução	Resultado parcial (até junho)
0	Meta já cumprida



5.3.5 Meta 7: “Identificar e reduzir, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.”

META 7/2015 CNJ					
Dez maiores litigantes 4ª Região, em 31.12.2014		Número de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo atual (30.06.2015)	Número máximo de processos tramitando em 31.12.2015 para alcance da meta	Resultado parcial (até junho)
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	0	0	0	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta
2º	Estado do Rio Grande do Sul	0	0	0	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta
3º	Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	0	0	0	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta
4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	7	9	6	Resultado indicativo de não cumprimento da meta
5º	União	1	0	0	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta
6º	OI S.A.	0	2	0	Resultado indicativo de não cumprimento da meta
7º	<u>Proservi Serviços de Vigilância Ltda.</u> (Em Recuperação Judicial)	5	0	4	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta



8º	Caixa Econômica Federal - CEF	1	3	0	Resultado indicativo de não cumprimento da meta
9º	Banco do Brasil S.A.	5	3	4	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	Resultado parcial indicativo de cumprimento da meta

5.3.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015 (até 30.06)	Prazo médio a ser alcançado em 2015	Resultado parcial (até junho)
228,17	123,16	167,8	121,93	Indicativo de não cumprimento da meta

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014.”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015 (até 30.06)	Meta para 2015	Resultado parcial (até junho)
Total de acordos	227	203	215,00	71	218	Média parcial abaixo da necessária para cumprimento da meta
Média mensal de acordos	18,92	16,92	17,92	11,83	18,17	



6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às terças-feiras à tarde, às quartas-feiras pela manhã e à tarde e às quintas-feiras pela manhã. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	-	2 (P)	2 (P)	-
Tarde	-	10 (I) 3 (U)	2 (P)	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 05.8.2015)

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada	Próxima Data Livre
Inicial	22.9.2015	20.8.2015
Una Sumaríssimo	12.8.2015	20.8.2015
Instrução	16.12.2015	04.11.2015
Tentativa de acordo em execução	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 05.8.2015)

6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 30.06)	Variação 2014-2015
Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Sumaríssimo	22,38	39,56	76,81%	42,40	7,18%
	Ordinário	36,32	35,77	-1,50%	35,94	0,47%
	Total	35	36,25	3,58%	36,49	0,67%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)



O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo teve seu prazo médio aumentado de 22,38 dias, em 2013, para 39,56 dias, em 2014 (elevação de 76,81%). Outrossim, nos primeiros seis meses de 2015, o lapso de tramitação avançou para 42,40 dias, que equivale a um aumento de 7,18% na comparação com 2014.

Por outro lado, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário caiu de 36,32 dias, em 2013, para 35,77 dias, em 2014 (queda de 1,50%), e elevação para 35,94 dias, em 2015 (aumento de 0,47%).

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.

6.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

2014					
Juiz	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Fernando Formolo	423	163	0	12	598
Total	423	163	0	12	598
2015 (até 30.06)					
Juiz	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Fernando Formolo	183	96	0	0	279
Total	183	96	0	0	279

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

6.5 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Consta-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.6 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2014						
Juiz	Com exame de mérito				Sem exame de mérito TOTAL	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		
Fernando Formolo	202	148	0	350	26	376
Átila da Rold Roesler	1	0	0	1	-	1



Total	203	148	0	351	26	377
2015 (até 30.06)						
Juiz	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Adair João Magnaguagno	-	0	0	0	1	1
Denilson da Silva Mroginski	2	2	0	4	1	5
Fernando Formolo	68	105	0	173	10	183
Marcelo Bergmann Hentschke	-	0	0	0	1	1
Átila da Rold Roesler	1	0	0	1	-	1
Total	71	107	0	178	13	191

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.07.2015)

6.7 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juiz Titular Fernando Formolo
Não constam processos conclusos há mais de 50 dias

Juíza substituta zoneada Roberta Testani
Não constam processos conclusos há mais de 50 dias

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 30.07.2015, com dados consolidados pelo Projeto até o dia 23.07.2015. 50 dias anteriores à data da correição: 15.06.2015)

7 ROTINAS DE SECRETARIA

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

Relativamente às notificações, a tarefa é executada em 48 horas. A expedição de ofícios ocorre em uma semana a contar da determinação.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Tarefa executada em uma semana.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Tarefa executada em 48 horas.

7.4 JUNTADA DE PETIÇÕES

Tarefa executada em 24 horas.



7.5 DESPACHOS DE PROTOCOLO

Na data da visita correcional estava sendo analisado o protocolo de 04.8.2015.

7.6 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

A certificação de prazo estava em 30.7.2015.

7.7 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Tarefa executada semanalmente.

7.8 CONVÊNIOS

Utilizados regularmente pela Unidade.

7.9 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Tarefa executada uma vez por mês.

7.10 EXAME DOS LIVROS

7.10.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0039500-14.1996.5.04.0831	22.06.2015	1 mês
2	0000358-75.2011.5.04.0831	24.06.2015	28 dias
3	0000399-42.2011.5.04.0831	24.06.2015	28 dias
4	0065400-28.1998.5.04.0831	06.07.2015	16 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 21.07.2015)

7.10.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000324-03.2011.5.04.0831*	10.04.2015	3 meses e 12 dias
2	0051300-19.2008.5.04.0831	10.06.2015	1 mês e 12 dias
3	0033900-55.2009.5.04.0831	10.06.2015	1 mês e 12 dias
4	0051500-26.2008.5.04.0831	10.06.2015	1 mês e 12 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 21.07.2015)

* Há petição do perito, ainda não apreciada, requerendo prazo.



7.10.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias

	Carga OJ	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução do Mandado
1	831-00260/15	0000088-80.2013.5.04.0831	27.05.2015	1 mês e 25 dias
2	831-00309/15	0000083-92.2012.5.04.0831	07.07.2015	15 dias
3	831-00310/15	0000340-83.2013.5.04.0831	08.07.2015	14 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 21.07.2015)

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para a análise realizada nos itens seguintes, extraiu-se do sistema inFOR, em 21.07.2015, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **385 processos**. O item 8.1 compõe-se de 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 100 processos aleatórios gerada pelo Sistema inFOR e disponibilizada para fins de correição à Assessoria Jurídica da Corregedoria. O item 8.2 verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	0000313-66.2014.5.04.0831
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: o prazo da Procuradoria da União expirou em 11.6.2015, conforme certidão da fl. 363 e andamento lançado no sistema informatizado, sendo que o impulso processual ocorreu em 22.6.2015 (11 dias após – despacho da fl. 365).	
2	0000102-93.2015.5.04.0831
Aspectos gerais dos autos*: ausência de carimbo 'em branco' no verso da fl. 155, carmim. Movimentação processual: nada a apontar.	
3	0011300-40.2009.5.04.0831
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: nada a apontar.	
4	0000397-67.2014.5.04.0831
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: pendente de cumprimento o último item do despacho da fl. 106.	
5	0000432-95.2012.5.04.0831
Aspectos gerais dos autos*: termo de juntada no verso da fl. 241 com espaços em branco; ausência de carimbo 'em branco' no verso da fl. 244. Movimentação processual: decorreram 27 dias da certidão da fl. 231 à autorização judicial da fl. 232; após a certidão de certificação de decurso de prazo, à fl. 314, não houve movimentação processual.	



6	0000401-41.2013.5.04.0831
Aspectos gerais dos autos*: termo de juntada no verso da fl. 43 com espaços em branco. Movimentação processual: cumprimento do despacho da fl. 58 em prazo superior a 30 dias.	
7	0000169-58.2015.5.04.0831
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: nada a apontar.	
8	0000353-82.2013.5.04.0831
Aspectos gerais dos autos: termos de juntada no verso da fl. 91 e verso da fl. 100 com espaços em branco. Movimentação processual: nada a apontar.	
9	0000433-12.2014.5.04.0831
Aspectos gerais dos autos*: o verso das folhas 237 a 246 não estão em branco como certificado à fl. 270. Movimentação processual: nada a apontar.	
10	0000357-85.2014.5.04.0831
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: nada a apontar.	

* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2014.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação.

Prática	Exemplos
Despachos sem cumprimento	0000335-61.2013.5.04.0831
	0000246-04.2014.5.04.0831
	0000474-76.2014.5.04.0831
Petições não apreciadas	0000509-36.2014.5.04.0831
	0000240-65.2012.5.04.0831
	0051400-71.2008.5.04.0831
Demora no impulso processual	0000331-24.2013.5.04.0831
	0000194-42.2013.5.04.0831
	0000243-83.2013.5.04.0831
Processo remetido a outro órgão ou CP devolvida à origem sem andamento	0046700-52.2008.5.04.0831
	0000257-33.2014.5.04.0831
Processo reunido a outro sem andamento	0027900-39.2009.5.04.0831
	0010500-46.2008.5.04.0831
	0031600-57.2008.5.04.0831



Registros desatualizados	0026000-21.2009.5.04.0831
	0017000-41.2002.5.04.0831
	0040200-67.2008.5.04.0831

No exame dessa listagem, verificou-se significativa quantidade de processos que dependem efetivamente de impulso processual. Essa situação é verificada em todas as fases, excetuados os que aguardam cumprimento de acordo, pagamento de precatório e andamento de outros processos.

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz, imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocadamente superior ao do depósito recursal, **ordena** a pronta liberação deste em favor do credor de ofício ou a seu requerimento.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz **determina** a citação do(s) sócio(s) em caso de descon sideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

Conforme Cronograma de Implantação do PJe deste Regional aprovado pelo TST, bem como pelo Edital do Gabinete da Presidência nº 02/2015, de 06.02.2015, há previsão de instalação do PJe na Unidade Judiciária em **03.09.2015**.



10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **não requereu** a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.

11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

A Vara do Trabalho de Santiago tem apresentado movimentação processual relativamente estável nos últimos três anos, verificando-se apenas certa elevação no estoque de processos na fase de conhecimento em 2015; contribuiu para esse aspecto a diminuição no percentual de acordos apurados até o mês de junho. Os prazos médios de tramitação processual apontados com base nos dados disponíveis no sistema e-Gestão foram positivamente inferiores aos lapsos médios regionais no ano de 2014, com ênfase para os prazos nas fases de conhecimento e execução, que superaram, respectivamente, as médias regionais em 105 (cento e cinco) dias 137 (cento e trinta e sete) dias. A fase de liquidação, que também manteve-se abaixo da média regional em 2014, apresentou tendência de elevação nos seis primeiros meses de 2015.

O Diretor de Secretaria demonstrou notável senso de responsabilidade e comprometimento com as condições de trabalho e demandas da unidade e essa percepção reflete-se no cuidado e eficiência dispensado na realização do trabalho por todos os servidores; nesse sentido, foi verificada a ausência quase plena de lapsos a apontar como decorrência do exame dos processos físicos.

O Juiz Titular Fernando Formolo mostrou-se comprometido com a jurisdição e com as condições de trabalho da unidade e pode ser constatada sua excelente produtividade, não apresentando nenhum processo concluso para decisão além do prazo legal.

Ao final da correição, a Corregedora concedeu a palavra a todos os servidores presentes e, não tendo havido manifestação, parabenizou a todos os presentes pelo trabalho apresentado.

12 RECOMENDAÇÕES

ITEM 5.3.1 (Meta CNJ 1/2015)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2014 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.2.1), de forma que a meta CNJ 1/2014 não foi cumprida pela Unidade Judiciária, situação que vem se repetindo nesses seis primeiros meses de 2015.



13 DETERMINAÇÕES

ITEM 3.4.3. (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) efetue a devida anotação quando houver garantia da execução (por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente formalizada) no respectivo campo do sistema informatizado;
- b) efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) nos processos nº 0030300-60.2008.5.04.0831, nº 0031200-63.1996.5.04.0831 e nº 0000007-39.2010.5.04.0831 com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca-se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011;
- c) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, verifique a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.4.3.

ITEM 3.5 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção dos embargos à execução apresentados pela reclamada no processo nº 0017300-61.2006.5.04.0831;
- b) verifique se a petição protocolada pela União em 24.08.2011 no processo nº 0000094-92.2010.5.04.0831 realmente se trata de impugnação à sentença de liquidação, mormente quando sequer havia homologação de cálculos naquele momento; equivocado o lançamento, este deverá ser excluído e substituído por outro que melhor se ajuste à situação processual; caso positivo, deverá a Unidade verificar se as razões daquela impugnação já não foram apreciadas na sentença homologatória dos cálculos proferida em 19.01.2012, caso em que deverão ser lançados os andamentos de conclusão e de improcedência da impugnação, com data retroativa. Finalmente, em caso de se tratar de impugnação à sentença de liquidação, mas não tendo ainda sido apreciadas as suas razões, deverão os autos irem conclusos ao juiz para julgamento no menor prazo possível.

Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.



ITENS 7.10.1 e 7.10.2 - ADVOGADOS E PERITOS – CARGAS VENCIDAS HÁ MAIS DE 10 DIAS

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.10.1 e 7.10.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

ITEM 7.10.3 - MANDADOS – PRAZOS VENCIDOS HÁ MAIS DE 10 DIAS

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.10.3 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

ITEM 8.1 - ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) adote o procedimento correto quanto à inutilização de folhas em branco, consoante o art. 71 da CPCR;
- b) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPCG) e evitando lacunas e espaços em branco (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificado o signatário (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPCG);
- c) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC, movimentando os processos 0000397-67.2014.5.04.0831 e 0000432-95.2012.5.04.0831 analisados no item 8.1.

8.2 - IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **385 processos** parados. Desta totalidade, excetua-se os processos em situação regular (aguardando cumprimento de acordo, pagamento de precatório, andamento de outros processos ou decurso de prazo). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados **e todos que estejam em situação similar**. Para tanto:

- a) diligencie para dar cumprimento aos despachos (processos nº 0000335-61.2013.5.04.0831; nº 0000246-04.2014.5.04.0831, nº 0000474-76.2014.5.04.0831);
- b) tome providências para apreciar as petições (nº0000509-36.2014.5.04.0831; nº 0000240-65.2012.5.04.0831, nº 0051400-71.2008.5.04.0831);



- c) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito (processos nº 0000331-24.2013.5.04.0831; nº 0000194-42.2013.5.04.0831, nº 0000243-83.2013.5.04.0831);
- d) dê andamento aos processos a serem remetidos a outro órgão ou aprecie as devolvidas (processos nº 0046700-52.2008.5.04.0831, nº 0000257-33.2014.5.04.0831);
- e) dê andamento aos processos reunidos (processos nº 0027900-39.2009.5.04.0831; nº 0010500-46.2008.5.04.0831, nº 0031600-57.2008.5.04.0831),
- f) atualize os registros (processos nº 0026000-21.2009.5.04.0831; nº 0017000-41.2002.5.04.0831, nº 0040200-67.2008.5.04.0831).

14 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Juiz Titular, o Diretor e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da Vara do Trabalho de Santiago, das 14h às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes a essa Vara do Trabalho. Compareceram os advogados David Marin Bressa e José Marcelo Palmeira, respectivamente, Conselheiro e Presidente da Seccional da OAB local, que elogiaram a unidade e o atendimento dispensado por todos os servidores e pelo Juiz Titular.

15 PRAZO PARA RESPOSTA

O Diretor de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

16 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada Juiz Titular Fernando Formolo, pelo Diretor de Secretaria Solon Caiaffo da Rocha e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

Beatriz Renck
Corregedora Regional